

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES


MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

 
LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA


FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA


FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

A EMERGÊNCIA DA ARQUEOLOGIA PROCESSUAL EM PORTUGAL: A TEORIA E O MÉTODO (1968-2000). UMA INTRODUÇÃO

Daniel Carvalho¹, Mariana Diniz²

RESUMO

A emergência da “Nova Arqueologia” originou importantes mudanças de paradigma no campo da Arqueologia, da segunda metade do século XX. De facto, as obras de Sally e Lewis Binford e David Clarke, simbolicamente, inauguram uma nova etapa, de corte efectivo com as práticas da Arqueologia Histórico-Cultural, nova etapa onde se pretende criar através de novos mecanismos epistemológicos, um novo Passado, construído à imagem das ciências exactas e da natureza. Neste trabalho, pretende-se abordar a introdução da Arqueologia Processual, ou “Nova Arqueologia”, na Arqueologia portuguesa, entre 1968 e 2000, através de uma análise bibliométrica a publicações periódicas, que permita detectar a evolução/transformação, teórica e metodológica, na prática e pensamento arqueológicos, assim como a sua relação com as profundas transformações que a sociedade portuguesa atravessa nesse período.

Palavras-chave: História da Arqueologia, Portugal, Nova Arqueologia, Arqueologia Processual.

ABSTRACT

The emergence of “New Archaeology” led to an important paradigm shift in the field of Archeology in the second half of the twentieth century. In fact, the works of Sally and Lewis Binford and David Clarke, symbolically, inaugurate a new stage, promoting an effective cut with the practices of Historical-Cultural Archaeology. Within this new paradigm knowledge will be create under new epistemological mechanisms that should resemble those of the exact and natural sciences. In this work, the introduction of Processual Archaeology or “New Archeology”, in Portugal, between 1968 and 2000, will be discussed after a bibliometric analysis of two high standard archaeological journals. The shift towards Processual archaeology concerning both *theory and practice* as well as its relation with the profound transformations that Portuguese society undergoes during this period will be also analysed here.

Keywords: History of Archaeology, Portugal, New Archaeology, Processual Archaeology.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda um tópico da História da Arqueologia, concretamente a entrada da Nova Arqueologia, ou Arqueologia Processual, em Portugal. O intervalo de tempo analisado estende-se de 1968, ano em que *oficialmente* se inaugura esta corrente de pensamento, com as publicações das obras de Sally/Lewis Binford e David Clarke (Klejn, 1980; Trigger,

1996), até ao início do novo milénio.

Espera-se assim contribuir para o conhecimento mais efectivo de uma etapa fundamental do desenvolvimento da Arqueologia científica, abordando o caso português, a partir da análise detalhada de publicações relevantes no panorama arqueológico nacional, e da qual resulta um conjunto de dados que depois se interpretam.

A contextualização da informação obtida passou

1. Mestrando em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; danielcarvalho1@campus.ul.pt

2. UNIARQ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Associação dos Arqueólogos Portugueses; m.diniz@fl.ul.pt

por uma análise que, do cenário político da época – últimas três décadas do século XX – à constituição das Variantes de Arqueologia nas Universidades portuguesas, procura identificar a multiplicidade de questões que influenciaram a adoção da Teoria e do Método Processual, em Portugal. Propõe-se, em síntese deste texto, uma primeira reflexão acerca dos mecanismos epistemológicos associados à adesão ao Processualismo por parte da comunidade arqueológica portuguesa, tópico que se pretende aprofundar em estudos futuros.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO BREVE DE UMA CORRENTE DE PENSAMENTO JÁ LONGA

O Processualismo, a que também se aplica a designação “Nova Arqueologia”, é uma corrente de pensamento que emerge, fundamentalmente no vitorioso mundo anglófono, após o fim da II Grande Guerra, com a proliferação de novas ideias e novas práticas na comunidade científica ocidental, em considerável sintonia nas duas margens do Atlântico Norte.

Preconiza uma emancipação da Arqueologia em relação à História, privilegiando a aproximação às ciências naturais, a aplicação sistemática do método científico na produção de conhecimento, segundo uma matriz neo-positivista, pretendendo o abandono da intuição e da autoridade dos dogmas, na prática arqueológica substituídas pela linguagem universal, e demonstrável, da quantificação.

O ano de 1968, o ano *Bin-Clarke*, marca oficialmente o início da Arqueologia Processual, com a publicação de *New Perspectives in Archaeology*, por Sally e Lewis Binford, nos Estados Unidos da América e *Analytical Archaeology*, por David Clarke, em Inglaterra.

A geografia dos autores é, como sempre, um elemento marcante na constituição das suas obras. Num corte profundo, com a longa tradição da Arqueologia continental – eminentemente francesa – dominada por uma tradição humanista e descritiva, essencialmente tipológica e cronológica, os vencedores da Segunda Guerra Mundial, que escrevem na língua que de forma galopante se tornará a língua da Ciência, apresentam, neste final de década, as linhas pelas quais o estudo do Passado se deve guiar.

O novo discurso rompe com o quadro conceptual anterior, sendo tenaz na crítica à Arqueologia Histórico-Cultural e à História, grotescamente retratadas no prefácio de Clarke e nas *New Perspectives* do casal Binford.

Estes processualistas consideram que a Arqueologia não tem existência efectiva no quadro das Ciências, os seus métodos são escassos e demasiado subjetivos, próprios de curiosos e colecionistas de factos, ou de objectos, incapazes de produzir explicações significativas de fenómenos sociais, que são o objectivo último da Arqueologia. Atingir este propósito exige uma revolução epistemológica, enquadrada pelas mais recentes técnicas, e métodos, que a Ciência, de então, pode oferecer.

Do discurso processualista, aqui telegraficamente apresentado, destacam-se a adesão à Teoria dos Sistemas, a partir da qual serão descritos os sistemas culturais, o papel da etnoarqueologia, enquanto único laboratório de teste de hipóteses sociais, em Arqueologia; o neo-evolucionismo, enquanto mecanismo que enquadra à dinâmica dos sistemas; a busca de modelos preditivos do comportamento humano, associados a causas de mudança que dependem fundamentalmente de alterações ambientais, como aspectos essenciais deste novo paradigma (Diniz, 1996/97).

3. METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para detectar a introdução do Processualismo, em Portugal, no intervalo de tempo definido e em função de parâmetros de imediata objectividade, foi criado um modelo para análise da bibliografia selecionada, baseado na presença/ausência de conceitos-chave que permitisse depois a construção de uma análise bibliométrica dos artigos analisados.

3.1. Conceitos-chave

Considerou-se que a adesão e a integração na corrente processual da, ou parte da, Arqueologia portuguesa devia materializar-se, aquando da produção de textos científicos, no uso, pelos diferentes autores, de terminologia, conceitos, métodos e procedimentos difundidos pela Nova Arqueologia.

Assim, foi considerada uma lista-tipo de elementos (Tabela 1), cuja presença num artigo específico denunciava, senão a adesão plena, o contacto, seguramente bibliográfico, com a Arqueologia processual (Figura 1).

3.2. Cronologia

Foi aqui analisado um intervalo de tempo de 32 anos, compreendido entre o ano de 1968, data da publicação das obras de referência de D. Clarke e L.

e S. Binford, e por isso momento a partir do qual é, teoricamente possível, encontrar os primeiros reflexos desta nova corrente de pensamento na comunidade arqueológica portuguesa, e o ano de 2000, o que permitiria avaliar o trajecto, num período longo, desta corrente de pensamento.

3.3 Fontes

Foram escolhidas como fontes para a realização deste trabalho, duas publicações periódicas: *O Arqueólogo Português*, revista do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, e os *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, atendendo a que:

1. *O Arqueólogo Português* e os *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* são ambas revistas de grande longevidade, que se publicaram de forma contínua, cobrindo o intervalo de tempo que aqui se pretende analisar;
2. são ambas publicações periódicas de largo espectro, cronológico e temático, constituindo assim campos privilegiados de observação da comunidade arqueológica nacional;
3. são editadas nas duas maiores cidades portuguesas, a primeira em Lisboa, a segunda no Porto, podendo por isso reflectir diferentes posturas epistemológicas, mais ou menos regionalizadas, no interior da comunidade arqueológica nacional.

Em função do exposto, consideram-se estas publicações periódicas representativas da produção científica nacional, para o período em análise.

3.4. Recolha e tratamento de dados

A análise destas publicações foi realizada ano a ano, com a aplicação, a cada um dos artigos publicados, do modelo de inquérito apresentado.

A amostra trabalhada é composta por 279 artigos, publicados n' *O Arqueólogo Português*, e por 383 artigos, publicados nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. N' *O Arqueólogo Português*, existência de hiatos, entre 1972 e 1974, entre 1977 e 1983, e em 1986, correspondem a períodos de remodelação do Museu Nacional de Arqueologia, pelo que nesses anos não foi editada qualquer publicação. No caso dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* esta revista não foi publicada nos anos de 1970, 1972, 1974, 1976 e 1979. Os resultados obtidos na consulta destes periódicos foram depois tratados quantitativamente e expressos através de tabelas e gráficos, que permitam

detectar a evolução dos elementos processuais, ao longo do intervalo de tempo estudado, nas duas publicações analisadas.

Os resultados obtidos foram ainda objecto de uma análise qualitativa, ainda que preliminar, que procura enquadrar os resultados num contexto historiográfico mais alargado, em função da história recente da Arqueologia, em Portugal.

3.5 Apresentação de resultados

Apresentam-se abaixo (Gráficos 1-4 e Tabelas 2-3), os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica e que expressam, no discurso arqueológico português, a cronologia de entrada em cena, (Gráfico 1 e 3), o peso desta corrente (Tabela 2-3), mas também a natureza específica (Gráficos 2 e 4), dos elementos próprios do paradigma processual.

Os gráficos obtidos para ambas as publicações são muito semelhantes relativamente ao panorama epistemológico que traduzem. Apesar da irregularidade óbvia, detectada em ambos os casos de estudo, na adesão à Nova Arqueologia, que justifica nos Gráficos 1 e 3, a linha sereada que estes apresentam, é apenas na década de 80 que, de forma continuada, os diferentes elementos da corrente processual parecem já interiorizados pela comunidade arqueológica nacional, tópico adiante discutido.

Ainda no âmbito da apresentação de resultados, deve mencionar-se o facto de que, em ambas as publicações, e ao longo das mais de três décadas em estudo, as questões metodológicas são absolutamente dominantes no discurso (Gráficos 2 e 4), sendo pouco visível o debate em torno das componentes “teóricas” do Processualismo, em particular n' *O Arqueólogo Português*, dado que, quantitativamente, traduz a orientação *teorizante* da “Escola de Arqueologia, do Porto”, nas últimas décadas do século XX (Gráficos 5 e 6).

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Desta primeira abordagem bibliométrica, devem destacar-se alguns aspectos que abaixo se discutem com maior detalhe, e que se consideram decisivos para a caracterização da entrada em Portugal dos paradigmas da *New Archaeology*:

- após uma primeira menção, entre 1968 e 1970, em ambos os periódicos, à Arqueologia Processual – o que demonstra a extrema atenção por parte dos arqueólogos portugueses, às novas

- propostas que circulam no meio internacional – o tópico é menos abordado, e só nos anos 80, se torna efectivamente visível a integração dos novos paradigmas na prática arqueológica;
- em ambos os periódicos, são os tópicos de natureza metodológica que definem, quase integralmente, a adesão à Arqueologia processual, denunciando a menor vocação teórica da comunidade arqueológica nacional e, em contraste, uma efectiva abertura, da mesma, à introdução de novos métodos e técnicas de recolha e tratamento de “dados”, privilegiando nesta escolha sempre o *objectivo*, face ao debate teórico, tradicionalmente considerado *subjectivo* e *menos útil*, na prática arqueológica;
- o maior peso nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, de artigos de natureza eminentemente teórica, reflecte, como atrás referido, a orientação da “Escola de Arqueologia do Porto”, particularmente atenta às temáticas epistemológicas;
- os Gráficos 5 e 6, apresentam um quadro de adesão à Arqueologia processual por parte dos arqueólogos que se debruçam sobre os diferentes períodos tratados pela Arqueologia portuguesa que, reconhece-se, não corresponde às expectativas iniciais acerca deste tópico concreto. Por regra, a percentagem de artigos que podem ser filiados nesta corrente de pensamento é sempre baixa, ou muito baixa, o que confirma essa natureza quase *a-teórica* de parte substantiva da produção bibliográfica portuguesa.

Por outro lado, e de acordo com o panorama internacional, são, regra geral, os pré-historiadores os primeiros a construir/aderir a novos paradigmas de produção de Ciência. A ausência de documentação escrita, que constituiria um espartilho interpretativo, e a menor abundância de informação dariam, aos que estudam Pré-história, uma maior liberdade de opção entre teorias, que justifica esta disponibilidade epistemológica.

Estes gráficos, no entanto, não confirmam esta possibilidade. Se no caso dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (Gráfico 6), existe um equilíbrio nítido na utilização de conceitos e metodologias processuais, independentemente do período arqueológico em estudo: o Neolítico, em primeiro lugar, com 27% dos artigos publicados sobre o tema enquadráveis no campo da Arqueologia Processual, e o Período Islâmico, em segundo, com 17% dos artigos a denunciar essa filiação, são disso reflexo.

No caso d’*O Arqueólogo Português* (Gráfico 5), o quadro parece de mais complexa interpretação. Na revista de Lisboa, a mensagem processual parece vinculada de forma nítida a dois temas: o período Romano e o período Contemporâneo, com 21% dos artigos construídos em função deste um quadro, num contraste evidente, com a escassa presença dos pressupostos processuais nos artigos relativos a outras temáticas.

A justificação destes valores, que será desenvolvida em ocasiões futuras, pode estar associada, em particular no caso da Arqueologia contemporânea, com a tardia emergência deste campo de estudo e com uma maior necessidade destes arqueólogos, que se dedicam a uma área de trabalho não tradicional, em explicitar o quadro teórico-metodológico em que se movimentam;

- numa leitura global dos dados, a introdução da Arqueologia processual parece, depois de uma fase precoce de citação, instalar-se de forma decisiva a partir dos anos 80, num momento em que a Arqueologia portuguesa parece, também numa perspectiva política, *perder a sua inocência*. Refira-se, no entanto, que a presença de elementos processuais no discurso é, para além de inconstante, quase sempre muito escassa e que parte substantiva da produção científica pode ser classificada como a-teórica (designação que será objecto de análise futura), na medida em que se concretiza em textos essencialmente pragmáticos, e onde o essencial do discurso se esgota na descrição dos elementos da cultura material. A flutuação dos elementos processuais, no discurso, é um claro reflexo da liberdade de acção e de pensamento existente nas pouco coercivas áreas das Ciências Sociais e Humanas, onde a ausência de Escolas e de Ordens permite ao indivíduo agir e/ou reflectir a partir de distintos paradigmas epistemológicos que podem conviver, no tempo e no espaço, no interior de uma mesma comunidade.

5. A ARQUEOLOGIA PROCESSUAL, EM PORTUGAL: NUMA LEITURA INTERPRETATIVA

5.1. A influência dos antecedentes

Depois de uma emergência auspiciosa, classificada por alguns como uma Idade de Ouro, à qual se seguiria, uma Idade das Trevas (Lemos, 1987, p.6), em parte vivida durante o regime ditatorial, a Arqueologia portuguesa tem, no ano de 1958, um momento

de afirmação e procurada modernização que subjaz aos propósitos do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, realizado no âmbito das comemorações do nascimento de Leite de Vasconcelos. Os objetivos deste encontro encontravam-se bem definidos: a busca de novos métodos para a Arqueologia Nacional, que aparentava estagnar e o desenvolvimento de contactos internacionais que animariam, através da partilha de novas perspectivas, a comunidade portuguesa (Martins, 2015a, p.201).

Apesar de uma atenção constante ao panorama arqueológico internacional – com claro destaque para a Arqueologia francesa e alemã, mas com conhecimento efectivo também da Arqueologia britânica – a comunidade arqueológica portuguesa está, apesar da acção, ainda nas décadas de 40/50, do Casal Leisner, no campo do Megalitismo, da visita, e da tradução, das obras de Gordon Childe, para citar apenas algumas das mais conhecidas, isolada, desconectada política, mas também cientificamente do seu tempo, como dirá, em 1968, E. Savory, na Introdução à obra “Espanha e Portugal” (Diniz, 2006/2007).

Algumas figuras isoladas introduzem notas de evidente modernismo – é o caso de Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991), cuja formação inglesa lhe permitira apreender os mais recentes desenvolvimentos metodológicos, mas no essencial, a disciplina permanecerá na transição para a segunda metade do século XX, imersa no mais profundo dos empirismos, conectado com a descrição sumária de trabalhos arqueológicos e de fósseis-directores (Jorge, 1995, p.247; Martins, 2015b, p.181), sem que, no entanto se construa uma verdadeira escola histórico-culturalista (Jorge, 2004, p.9).

5.2. A nova geração e a busca da Modernidade

A década de 60, caracteriza-se, no âmbito da Arqueologia, como em outras esferas da vida portuguesa, por uma renovação – nem sempre conseguida – onde se destacam figuras como a de Eduardo da Cunha Serrão ou a de D. Fernando de Almeida (Lemos, 1991), que com grande autonomia institucional (ECS), ou a partir do centro de poder que era então a Faculdade de Letras de Lisboa (FA), acompanham de perto uma nova geração de arqueólogos que, procurando activamente revoluções epistemológicas, e outras, virá a ser responsável pela introdução, em Portugal, da Arqueologia processual. E é apenas um ano após a data de publicação das obras de Sally e Lewis Binford e David Clarke, em

1968, *New Perspectives in Archaeology* e *Analytical Archaeology*, respetivamente, que a mensagem processual chega a Portugal. Nas I Jornadas Arqueológicas, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, numa abordagem pioneira, Vítor Oliveira Jorge, no artigo *A Arqueologia no contexto da actual metodologia científica: uma perspectiva*, enuncia os cânones processualistas, apresentados na obra de David Clarke.

Ao mesmo tempo, identifica-se, uma ténue introdução de elementos do discurso processual, nos trabalhos arqueológicos portugueses (Gráfico 1. & Gráfico 3.), o que reflecte a atenção de alguns autores à nova produção científica, em língua inglesa, que é numa comunidade científica ainda francamente francófona, pouco conhecida de muitos (Martins, 2015c, p.95).

À renovação científica da década de 70 – que depois acompanha a Revolução e a mudança de regime político – estão inevitavelmente associados o Grupo de Estudos do Paleolítico Português (GEPP), orientado por Cunha Serrão e Fernando de Almeida, constituído por um grupo de alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, do curso de História, que terá depois nas campanhas de salvamento das gravuras rupestres de Vila Velha de Rodão, patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian, um dos seus momentos de apogeu.

A acção deste grupo, e de muitos dos, então, jovens arqueólogos que o integra, é paradigmática. A inovação e o rigor metodológico, a atenção a outros elementos que compõe o registo arqueológico para além de uma, por vezes, intuitiva, classificação tipológica dos materiais são alguns dos traços que definem esta *nova arqueologia portuguesa*, e que depois da Revolução de 1974, vai ganhando crescente peso no discurso.

5.3. A ascensão da Arqueologia Processual, em Portugal: a década de 80

Após os anos de intensa mudança, que caracterizam a vida portuguesa depois de Abril de 74, a década de 80 representa, para uns, um momento de acalmia e estabilização de alguns elementos da vida democrática, para outros, o fim do sonho revolucionário. Esta normalização dos quotidianos permitirá, no campo da Arqueologia, uma renovação dos corpos docentes das Universidades e a criação das *Variantes em Arqueologia*, nas licenciaturas em História (Lemos, 1987, p.7), onde, e apesar de uma matriz que

assenta nos axiomas históricos de Espaço-Tempo, é evidente o peso do paradigma processual nos conteúdos transmitidos.

Ainda assim, e apesar do contexto em mudança, a observação dos Gráficos 1 e 3, aponta para uma escassa presença da Arqueologia processual na bibliografia produzida, ao longo da década de 70, e o ainda mais escasso peso do debate teórico, nestes artigos, como é visível nos Gráficos 2 e 4. Estes números podem traduzir o estado, ainda embrionário, das jovens gerações de novos arqueólogos portugueses, bem como a dificuldade, dos mesmos, em aceder a um meio restrito como é o da publicação (Jorge, 1985).

De facto, na década de 80, o quadro é já outro, como sintetiza Oliveira Jorge: “A grande contribuição teórica dos arqueólogos da minha geração foi plasmada nas suas teses de doutoramento, apresentadas nos anos 80” (Jorge, 2006, p.9).

Estas teses apresentadas, nas Universidades do Porto e do Minho, de Coimbra e de Lisboa, ao longo da década de 80 reflectem a interiorização clara dos pressupostos processuais, como se detecta na definição de problemas a partir de uma unidade ambiental, considera decisiva na formulação da Cultura, na quantificação dos universos e das amostras em estudo, na procura de modelos que expliquem os processos, sem, no entanto, esquecer nunca a mais enraizada prática da arqueologia portuguesa, materializada na descrição detalhada dos elementos da cultura material e na discussão de tipologias dos artefactos. Esta é a posição eclética que caracteriza diferentes gerações de arqueólogos portugueses que, mais que aderir à corrente processual, procuravam modernizar a Arqueologia nacional, introduzindo metodologias de campo e laboratório de maior rigor científico (Jorge, 2006, p.4).

Porque o cenário global não é, nunca, particularmente favorável ao debate, ou às explicitações, teóricas, a partir dos finais da década de 80, a utilização explícita de um jargão processual parece mesmo em declínio.

A pouca atenção concedida às questões teóricas, em algum ensino da Arqueologia (Jorge, 1992), pode explicar a menor tendência, apresentada pela comunidade arqueológica portuguesa, para essas matérias que seria assim o resultado de um escasso conhecimento das mesmas.

Ao mesmo tempo, e numa nota de claro pessimismo, Oliveira Jorge justifica o escasso peso do debate teórico para uma geração de renovadores que “(..)

deixaram-se envolver de tal modo em questões administrativo-legais de consolidação social da Arqueologia ou em projetos particulares e profissionais, que perderam de vista por completo a feitura de um extenso programa (de que eram intelectualmente capazes e que, pelo menos alguns, ambicionaram concretizar) de renovação teórica da disciplina.” (Jorge, 2006, p.9).

Na década de 90, a Nova Arqueologia já não é efectivamente nova, de uma posição eminentemente revolucionária que a caracteriza nos anos 60, estará no plano internacional, debaixo dos fogos da pós-modernidade, e em Portugal, instalada como parte decisiva do *status quo*. Como quadro mental inerente à prática arqueológica dispensará, na bibliografia produzida, menções sucessivas, o que explica o quase desaparecimento dos pressupostos processuais, a partir desta década, visível nos gráficos 2 e 4.

5.4. O método: as novas instituições da democracia

No quadro da implantação da Arqueologia Processual, em Portugal, como foi atrás referido, as questões metodológicas assumem um lugar de destaque numa comunidade, como a portuguesa, mais vocacionada para o *método* do que para a *teoria*.

O desenvolvimento de uma sólida metodologia de acção, um dos apanágios da Arqueologia processual, que levará mais tarde os pós-modernos a reconhecer que as arqueologias interpretativas poucas ferramentas fornecem aos “(..)labs or dirt archaeologist (..)” (Hodder, 1992), torna esta corrente muito adequada para aqueles que procuram modernizar as práticas arqueológicas, em Portugal.

Com o IPPC, criado nos inícios da década de 80, a generalização do princípio de uma investigação arqueológica associada a um projecto de investigação, a criação dos Serviços Regionais de Arqueologia que devia possuir técnicos competentes capazes de acompanhar e vigiar a atividade arqueológica (Bugalhão, 2011, pp.22-23, Lemos, 1989, p.96), a crescente presença de arqueólogos em autarquias que deviam possuir um profundo conhecimento das práticas e, conseqüentemente, dos métodos arqueológicos (Raposo, 1992, p.41; Silva, 2014, p.78-79), são algumas das circunstâncias que justificam a difusão de algumas das metodologias associadas à Arqueologia Processual.

No entanto, será apenas depois da criação em 1997, do Instituto Português de Arqueologia que se cum-

pre, numa perspectiva metodológica, o programa da Nova Arqueologia. A constituição, em 1999, do CIPA – Centro de Investigação em Paleocologia Humana, destina-se a dotar a comunidade arqueológica nacional com um Centro de Investigação, onde se reúnem as diferentes ciências necessárias ao estudo do Sistema Cultural, como o desenhou Clarke, em 1968. A fauna, a flora, a geologia – porque a questão cronológica estava já assegurada pelo, então, ICEN – são algumas das áreas contempladas neste novo laboratório.

Desde a década de 80, as sucessivas transformações que alteram administrativamente a tutela e o funcionamento da Arqueologia, em Portugal, o aparecimento, em finais dos anos 90, da Arqueologia empresarial, o significativo crescimento da comunidade arqueológica (Bugalhão, 2011), onde se torna minoritária a Arqueologia de projecto face à dominante Arqueologia de contrato, acontecem na esfera epistemológica da Arqueologia Processual, cujos contornos neo-positivistas são absolutamente adequados às características intrínsecas da Arqueologia portuguesa.

6. CONCLUSÃO

A presente análise, início de um projecto de investigação que se espera desenvolver num futuro próximo, em torno da História recente da Arqueologia em Portugal, e do papel que a *Teoria e o Método* desempenham nesse percurso permitiu, a partir de uma análise bibliométrica de duas revistas fundamentais, no panorama arqueológico nacional – *O Arqueólogo Português* e os *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* – confirmar alguns dos pressupostos de partida, mas também detectar aspectos menos esperados na adesão à Arqueologia processual.

Foi identificada a cronologia e os ritmos de adesão à *New Archaeology*, que após uma precoce menção nos finais da década de 60, só se instala definitivamente no terreno, já na década de 80.

Apesar dos movimentos amplos de renovação social, política, e também científica, que se sentem em Portugal, desde os finais da década de 60, a adesão ao paradigma processual é pouco visível na produção científica, permanecendo uma percentagem muito significativas dos artigos num limbo *a-teórico*, dominado pela sumária descrição de sítios e artefactos. Ainda assim, entre os que aderem e adoptam procedimentos processuais são as questões metodológi-

cas que possuem maior destaque. O debate teórico, sempre muito marginal, é encabeçado pela Escola de Arqueologia do Porto que tem nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* um veículo fundamental de apresentação de resultados, e em V. Oliveira Jorge um dos seus principais cultores.

Ao contrário do previsto, a adesão à mensagem processual não é, em Portugal, particularmente significativa no sub-grupo dos Pré-historiadores, como é norma em outras comunidades arqueológicas ocidentais. A aparente aleatoriedade desta adesão traduz a efectiva – liberdade ou indisciplina? – que é apanágio das Ciências Sociais e Humanas, onde cada investigador pode, em consciência ou por ignorância, escolher um paradigma epistemológico de acção e reflexão.

E se hoje, as questões teóricas não ocupam um lugar decisivo nos debates que atravessam a Arqueologia portuguesa, os paradigmas processuais, ainda que actualizados e em parte já contaminados por alguma pós-modernidade, dominam a prática arqueológica nacional, porque muito adequados a uma comunidade que é, antes demais e para além de tudo, intrinsecamente positivista.

BIBLIOGRAFIA

BINFORD, Sally; BINFORD, Lewis (Eds.), (1968) – *New perspectives in archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – Os desafios da Arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e história*, 60-61, Dossier “Materiais para um Livro Branco da Arqueologia Portuguesa”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 19-43.

CARDOSO, João Luís (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa. *Al-madan*, Série II, nº8, 1999, pp. 148-157.

CLARKE, David (1968) – *Analytical Archaeology*. Londres: Methuen.

DINIZ, Mariana (2003) – A Arqueologia Pós-processual ou o Passado Pós-moderno. *Ophyussa*. Lisboa. o, pp. 9.

DINIZ, Mariana (2006/2007) – O Neolítico antigo em Portugal. Contributos para uma historiografia do tema. *Arqueologia e História*. Lisboa. 58/59, pp. 17-34.

FABIÃO, Carlos (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal I. *Al-madan*, Série II, nº8, 1999, pp. 104-127.

HODDER, Ian (1992) – *Theory and Practice in Archaeology*. Londres, Routledge, p. XI.

JORGE, Vítor Oliveira (1985) – Por um novo paradigma. . . *Arqueologia*, nº11, Junho de 1985, pp. 1-5.

JORGE, Vítor Oliveira; Marques, Teresa (1992) – A Arqueologia nas Universidades. *Al-madan*, II série, nº1, Dezembro de 1992, pp. 36-38.

JORGE, Vítor Oliveira; JORGE, Susana Oliveira (1995) – Theoretical Underpinnings of Portuguese Archaeology in the Twentieth Century. In Ucko, ed. *Theory in Archaeology: a world perspective*. Routledge. London.

JORGE, Vítor Oliveira (2004) – Por uma Arqueologia inteligente. *ERA*, nº6, Maio de 2004, pp. 8-12.

JORGE, Vítor Oliveira (2006) – Quatro décadas depois. Alguns percursos, encruzilhadas, perspectivas e contributos no âmbito da arqueologia portuguesa – breve exercício de auto-reflexão retrospectiva. In *Arkeos*, nº16, 2006, pp. 181-219.

KLEJN, L. (1980) – Panorama de l'archéologie théorique in A. Schnapp (sous la direction de), *L'archéologie aujourd'hui*. Paris, Hachette-Litterature, pp. 263-304.

LEMOS, Francisco Sande (1987) – As três idades da arqueologia portuguesa. *Fórum*, nº2 Outubro 1987, pp. 5-13.

LEMOS, Francisco Sande (1989) – Arqueologia Portuguesa: Aspetos Históricos e Institucionais. *Fórum*, nº5 Maio de 1989, pp. 91-111.

MARTINS, Ana Cristina (2015a)– “O 1.º Congresso Nacional de Arqueologia (1958): entre a internacionalização da ciência e o internacionalismo científico”. In *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo Científico*. Salgueiro, Â. et alii (eds.), Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 193-206.

MARTINS, Ana Cristina (2015b) – ‘Mission’: modernize! Portuguese archaeology in the 1960’s (a preamble). In *History of Archaeology: International Perspectives*. Proceedings of the XVII UISPP World Congress (1-7 September 2014, Burgos, Spain). Archaeopress, Oxford, pp. 179-185.

MARTINS, Ana Cristina (2015c) – The ‘Tagus Generation’ in Portuguese Archaeology: transition, innovation or ‘revolution’? (a first analysis). ‘Mission’: modernize! Portuguese archaeology in the 1960’s (a preamble). In *History of Archaeology: International Perspectives*. Proceedings of the XVII UISPP World Congress (1-7 September 2014, Burgos, Spain). Archaeopress, Oxford, pp. 91-98.

RAPOSO, Luís (1992) – A arqueologia fora das universidades. *Al-madan*, II série, nº1, Dezembro de 1992, pp. 38-43.

TRIGGER, Bruce (1996) – *A History of Archaeology Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.

	Revista:	Ano: Vol.:	Autores	Artigo
Elementos Processuais		Presente	Ausente	Observações
Teóricos	Definição de Cultura – mecanismos de adaptação ao meio ambiente			
	Teoria dos Sistemas / Sistema cultural			
	Variáveis causais fundamentais – ambiente, demografia			
	Categorias de classificação artefactual – tecnológicos, sócio-técnicos, ideotécnicos			
	Funcionalismo			
Metodológicos	Quantificação de dados / uso de estatística			
	Multidisciplinaridade – ciências exactas / ciências da natureza			
	Outras referências			

Tabela 1 – Lista-tipo de elementos processuais.

Ano	Número total de artigos	Número de artigos com elementos processuais
1970	15	2
1971	16	1
1974-1977	23	2
1983	20	6
1984	3	3
1985	6	4
1987	18	5
1988-1989	13	5
1990-1992	17	8
1993-1994	19	4
1995-1997	19	18
1998	10	6
1999	40	19
2000	7	4
Total (face à soma de artigos)	219	87

Tabela 2 – Número de artigos com elementos processuais n' *O Arqueólogo Português*.

Ano	Número total de artigos	Número de artigos com elementos processuais
1969	7	2
1973	14	1
1978	5	1
1980	9	1
1981	9	1
1982	6	1
1983	7	1
1985	15	5
1986	8	6
1987	12	6
1988	34	13
1989	9	1
1991	5	1
1992	7	1
1993	47	26
1994	51	31
1995	102	51
1996	4	3
1997	4	1
1999	2	1
2000	6	2
Total (face à soma de artigos)	363	156

Tabela 3 – Número de artigos com elementos processuais nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.

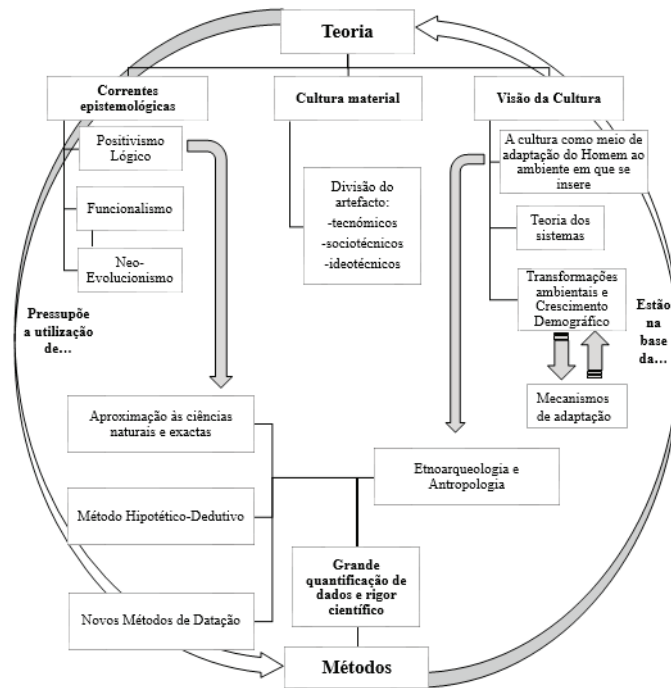


Figura 1 – Diagrama das principais conexões dos elementos processuais, da lista-tipo.



Gráfico 1 – Evolução da percentagem de artigos que possuem elementos processuais, por ano, n’*O Arqueólogo Português*, de 1968 a 2000.

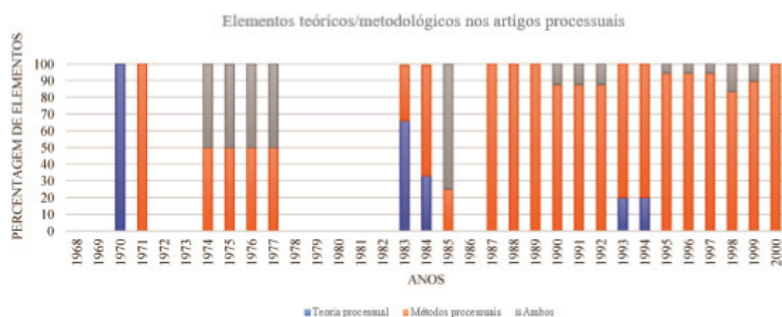


Gráfico 2 – Percentagem, e natureza, dos elementos processuais encontrados nos artigos d’*O Arqueólogo Português*, de 1968 a 2000.

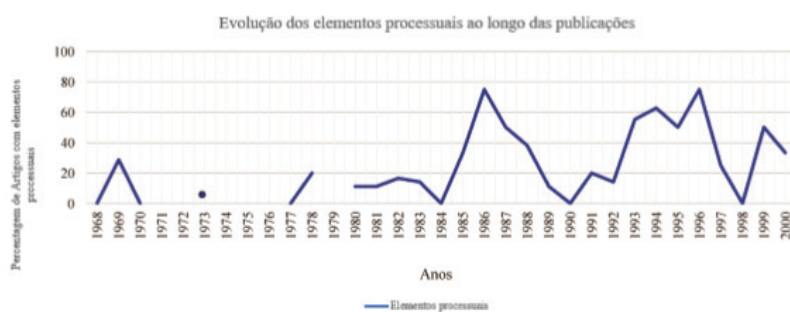


Gráfico 3 – Evolução da percentagem de artigos que possuem elementos processuais, por ano, nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, de 1968 a 2000.



Gráfico 4 – Percentagem, e natureza, dos elementos processuais encontrados nos artigos dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, de 1968 a 2000.

Percentagem de elementos processuais em artigos por período cronológico

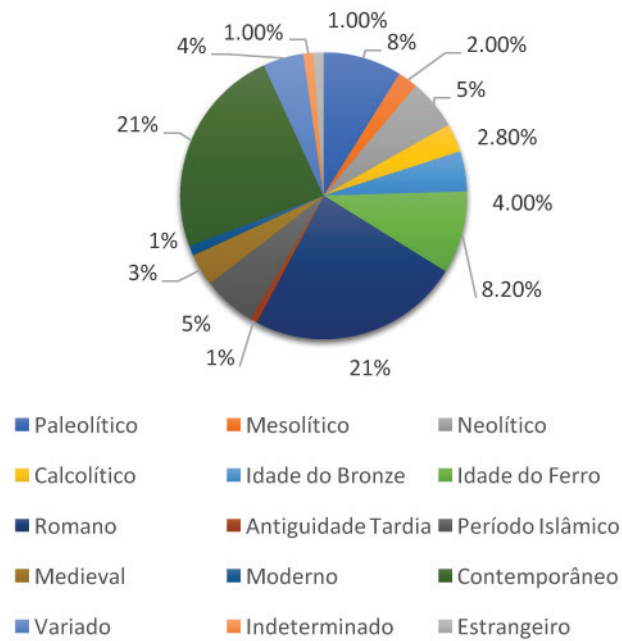


Gráfico 5 – Percentagem de elementos processuais, por período cronológico, n’O *Arqueólogo Português*.

Percentagem de elementos processuais em artigos por período cronológico

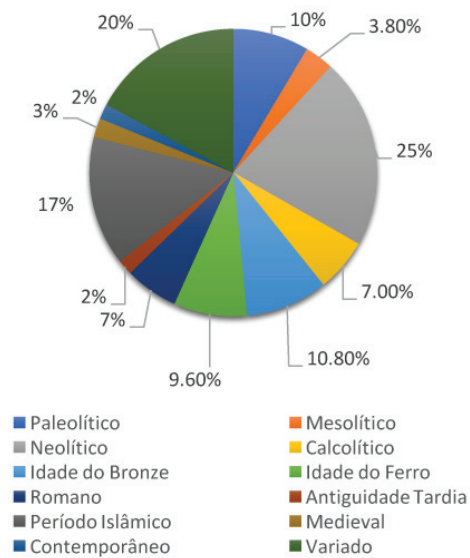


Gráfico 6 – Percentagem de elementos processuais, por período cronológico, nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.



Patrocinador oficial